



Comunicação Digital como inclusão social: um estudo a partir da rede “Viva Favela”¹

Alana Nogueira VOLPATO²
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

A relação entre comunicação e inclusão pode ser vista sob diferentes óticas, desde que se aceite como premissa que, diretamente ou não, esses fatores estão interligados. A comunicação, de maneira geral, tem o poder de facilitar ou inibir processos de inclusão. Quando o ciberespaço é inserido nesse debate, as possibilidades são amplamente expandidas, pela potencialidade inerente à Internet de transformar relações. Essa força alcança a comunicação, alterando significativamente um processo que, diferente de outras plataformas, dinamiza a relação entre emissor e receptor, empoderando novos atores. Este artigo pretende estabelecer a relação entre comunicação e inclusão no ambiente digital por meio de análise de referencial teórico pertinente, seguida por uma breve apreciação do projeto “Viva Favela”.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação digital; inclusão social; inclusão digital; ciberespaço; Viva Favela.

Introdução

A importância atribuída tanto à Internet quanto aos seus recursos se devem a diversos fatores. Primeiramente, à chamada Sociedade da Informação e do Conhecimento, na qual informação e conhecimento tornaram-se sinônimo de desenvolvimento e poder. Ainda, o próprio avanço tecnológico é tido como forma de se mensurar quão evoluída uma nação realmente é. Sendo assim, dominar o ciberespaço e as suas ferramentas é imprescindível para uma nação. Certamente um país só poderá ocupar efetivamente esse espaço se a sua população puder ter acesso a ele.

É nesse sentido que surge o debate da inclusão digital, visto por muitos autores como fator de influência decisivo para a inclusão social nos dias de hoje. Se pensarmos a missão social da comunicação, a *web* pode ser vista como uma oportunidade que tem o potencial de transformar as relações vividas até então, pautadas, sobretudo, na mídia massiva e no conteúdo verticalizado. A mudança se dá nos momentos em que os

¹ Trabalho apresentado no IJ 5 – Comunicação Multimídia do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 26 a 28 de maio de 2011. Orientado por Juliana dos Santos Barbosa, docente do Departamento de Comunicação da UEL e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEL

² Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Relações Públicas da UEL, email: laninhanv@hotmail.com.



sujeitos que normalmente eram espectadores podem tornar-se produtores de conteúdo, com grande alcance. Sendo assim, não só os setores normalmente marginalizados, como todos os outros poderiam ter uma chance justa de compartilhar informações.

Porém, é preciso levar em conta o contexto socioeconômico no caso do Brasil, levando em conta, por exemplo, a infra-estrutura necessária para o acesso à Internet. Por outro lado, o problema é exatamente o contrário: só se pensa na estrutura, esquecendo-se do aporte necessário para o desenvolvimento sadio de atividades na *web*. Para se pensar inclusão digital é preciso compreender quais as relações do tema com a comunicação, e como esse envolvimento pode contribuir para a inclusão social. É o que pretendemos discutir neste artigo.

2 Comunicação e inclusão digital

2.1 Inclusão Digital

Existem diversas perspectivas que definem a inclusão digital, e pode-se dizer que cada uma explicita um nível de envolvimento entre usuário e rede. Dentre as várias definições, uma normalmente aceita pelo senso comum afirma que “incluir digitalmente” significa prover dos instrumentos necessários para o acesso à Internet. Caracteriza um aspecto operacional da *web*, que busca disponibilizar o acesso e facilitar o alcance da informação, democratizando a informática, como colocam Silvino e Abrahão (2003).

Porém, Demo (2005) explica que encarar o conceito dessa forma implica aceitar que os excluídos sejam postos à margem de uma realidade mais abrangente. É preciso refletir sobre os efeitos das diferenças socioeconômicas nessa divisão. O uso das TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) surgiu e se expandiu, no Brasil, em meio à desigualdade social. Essa divergência que existia em aspectos econômicos foi herdada para o uso das novas tecnologias, isso porque a aquisição dos instrumentos necessários demanda determinado padrão de vida e os pontos de acesso gratuitos ainda são escassos (Chagas e Mattos, 2008).

Pode-se perceber que a concentração de renda é um entrave para a inclusão digital, o que conseqüentemente acaba gerando outras exclusões. Kroner e Weinstein (apud Chagas e Mattos, 2008) mostram que as TIC's não são democráticas por



natureza, dependem da intervenção de atores sociais que cumpram esse papel. Se o uso fica restrito, a desigualdade se acentua, tendo em vista que a mesma elite que tem acesso aos recursos se tornará na elite que detém e multiplica informação. Esse risco fica mais eminente se considerarmos a visão de Freire (2006) de que a Internet constitui o principal espaço de informação da atualidade. O autor afirma que é uma “ampla rede de comunicação constituída a partir de locais de informação, seja de armazenamento ou de distribuição, criou um novo espaço de circulação da informação: ciberespaço.” (2006, p. 229)

Martini (2005) aborda a importância do acesso à Internet para o exercício da cidadania, colocando a democratização da *web* como um direito do cidadão, que deve ser garantido pelo governo. O interessante do argumento de Martini é que ele desloca a discussão para outro nível quando defende que o direito de se comunicar só pode ser plenamente garantido com o acesso igualitário à Internet. Demo (2005) vai ainda mais além quando reflete sobre a postura de consumidor que o usuário da rede tem quando simplesmente utiliza o conteúdo digital, esclarecendo que é preciso garantir a capacidade de criar seus próprios conteúdos, pois, somente assim, a igualdade pode se concretizar.

2.2 Comunicação: impacto na inclusão social

Fica claro que existe uma perspectiva na qual a inclusão digital é vista sob a ótica da comunicação e, inevitavelmente, da inclusão social. Nesse âmbito, pode-se partir da constatação feita por Carvalho (2009) de que é consenso que as desigualdades econômicas são parte da natureza da desigualdade do acesso à rede, e que essa aumenta a desigualdade que a originou. Lemos e Costa (apud Carvalho, 2009) possuem uma afirmação que resume adequadamente as conclusões tiradas a partir do estudo da inclusão digital:

Incluir significa, na maioria dos casos, oferecer condições materiais (destreza técnica e acesso à Internet) para o manuseio das TICs. Trata-se, não de reforçar processos cognitivos questionadores, mas de adaptar procedimentos às técnicas correntes. Será mesmo incluir formar alguém em Word, Excel e Windows? Em primeiro lugar, deve-se reconhecer o potencial das novas tecnologias da cibercultura



como forma de liberação do pólo da emissão, de formação e reforço comunitário, de potência política e de atividades descentralizadas, livres e democráticas. (Lemos e Costa, apud Carvalho, 2009, p. 25)

Percebe-se que a discussão sobre inclusão digital pode ser mais profunda e, nesse caso, também mais complexa a medida que se relaciona as potencialidades da comunicação no ciberespaço. Se a inclusão for além dos instrumentos e envolver a capacitação, a compreensão, o processo comunicativo tem suas potencialidades ampliadas. Essa expansão contribui em diversos sentidos para a disputa de espaço, representação e sentido de grupos excluídos que, normalmente, tem sua imagem construída e estereotipada por meios de comunicação tradicionais e unilaterais.

Peruzzo (2002b) mostra que a Internet tende a colaborar para a democratização da comunicação, ainda mais com o aumento do incentivo ao acesso e com a criação de telecentros comunitários. Isso porque altera a relação anteriormente comentada por Demo (2005) de usuário-consumidor de informação. A autora afirma que o cidadão conectado tem o poder de produzir e emitir informação, seja em um jornal digital, por e-mail ou em um grupo de discussão. Essa hipótese é confirmada por Soares (2005) que coloca a Internet como um fator de mudança na perspectiva da democratização dos meios de comunicação. Para ele, os principais impactos se devem à disponibilização de informações por um custo acessível, além das diversas fontes de informação, possibilitando mudanças culturais e educacionais. “Assim, do ponto de vista social, a Internet é um estímulo ao protagonismo, à pluralidade e diversidade, favorecendo a crítica e disseminando-a” (Soares, 2005, p 133).

É interessante notar que os segmentos normalmente marginalizados, que não encontram espaço em meios tradicionais, possuem objetivos diferentes dos meios de comunicação de massa. Não pretendem atingir o máximo de pessoas, mas sim promover intercâmbios e representar seus valores, como mostra Moraes (2000). Busca-se a interação de outros usuários, além de um meio alternativo ao tradicional para lutar por justiça social e pelo desenvolvimento da cidadania. A medida que conquistam espaço e certa desenvoltura, deixam de ser agentes passivos da comunicação, começam a formar opiniões, mobilizar pessoas e, assim, lutam por inclusão social.



É possível, inclusive, traçar um paralelo entre potencial das novas tecnologias para inclusão social e a comunicação popular que, para Peruzzo (2002a) consiste nessa inversão, na qual receptores se tornam, também, produtores. Começar a participar ativamente como emissor no processo de comunicação faz com que se desencadeie um processo educativo de reflexão sobre o modo de ver e pensar o mundo. Tudo aquilo que normalmente o sujeito recebia pronto, sem necessariamente incitar uma reflexão, passa a ser um meio de atuação.

Freire (2001) problematiza a questão mesma da leitura, explicando que a leitura da palavra implica, necessariamente, a leitura anterior de mundo. Essa é definida como a “expressão da necessidade de, estando no mundo, estar com ele, por parte dos seres que há muito tempo começaram a se fazer humanos.” (FREIRE, 2011, p 138). Assim o autor coloca que antes de se poder ler ou escrever a palavra, é preciso perceber o mundo e se perceber nele. Assim, ao mesmo tempo em que se escreve, é preciso se atentar para um contexto, evidenciado por vivências empíricas e simbologias individuais.

O autor explica que “de alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente” (2003, p 20). Nessa leitura de mundo os símbolos pessoais e as vivências vão se construindo como comunicação. Tanto o processo de alfabetização, como o das leituras e o da produção de conteúdo se assemelham aqui porque se exige, da mesma forma, em momentos diferentes, o pensar e o ocupar o mundo, sendo que somente assim esses processos podem existir significativamente.

3 Rede “Viva Favela”

Tendo em vista as reflexões feitas sobre inclusão digital, inclusão social e o papel da comunicação frente a essas demandas, vale analisar como esses conceitos podem ser relacionados de forma prática. O objeto de estudo escolhido para tal é o “Viva Favela”, projeto desenvolvido pela organização não-governamental Viva Rio. Essa ONG, com sede no Rio de Janeiro, foi fundada em 1993 como resultado da mobilização de setores da sociedade civil em relação a violência. Segundo o site da organização, o trabalho é sempre baseado em pesquisas, fundamentando a busca pela



implementação de políticas públicas voltadas para a paz, segurança e desenvolvimento social.

Os projetos da ONG levam em consideração que o principal grupo de risco em relação a violência urbana são os jovens de bairros pobres. O vetor fundamental são as armas de fogo, por elevarem as possibilidades de conflitos graves, além de banalizarem crimes violentos. Baseando-se nisso, a área de atuação do projeto inclui favelas e bairros pobres, para que o ciclo de violência e exclusão social possa ser rompido.

A atuação do Viva Rio acontece por algumas vertentes, entre elas a comunicação, com quatro focos principais: organização de eventos e campanhas, a fim de mobilizar a opinião pública; produção de notícias de reportagens, podendo ser fonte de informação para a imprensa; e a criação de redes com a finalidade de trocar informações. As duas últimas áreas se concretizam por meio do projeto *Viva Favela*, que busca e transmite a visão dos moradores de favelas sobre diversos assuntos, inclusive pautas que, dificilmente, a mídia tradicional consegue levantar. Por isso mesmo, o projeto alcançou um importante espaço como fonte de informações para a imprensa. A qualidade dos produtos é muito elaborada por trazer um olhar próximo da realidade.

O projeto se viabiliza por meio de um site na Internet, sendo o primeiro portal a favorecer temas voltados para a população de baixa renda, tendo aqui um dos aspectos mais interessantes do projeto, a aproximação da realidade. O *Viva Favela* foi criado em julho de 2001, tendo como principais objetivos contribuir para a inclusão digital, a democratização da informação e a redução da desigualdade social. Inicialmente, funcionava como uma revista online, contando com um acervo de reportagens e imagens. Até 2010, o site também possuía alguns subprojetos, como o *Foto Favela*, que surgiu para divulgar a exposição “Moro na Favela”, que ainda hoje disponibiliza, por meio do site, cerca de 50 mil imagens. Outro projeto, o *Beleza Pura*, focava nas mulheres de favelas e periferias, mães e trabalhadoras, que mesmo não existindo na versão atual, continua sendo pauta de reportagens. O projeto *Eco Pop* envolvia questões ambientais que afetavam diretamente o cotidiano das favelas. Finalmente, o *Favela tem Memória* agregava relatos e memórias dos moradores mais velhos, reforçando laços e criando identidade, ação que agora acontece em todo Brasil.

O *Viva Favela* foi articulado também ao projeto *Ponto de Cultura Papo Cabeça*, até o ano de 2009. Nesse espaço, tanto moradores de periferias e favelas, quanto alunos da rede pública de ensino foram motivados a se tornarem produtores de conteúdo que



envolvessem sua realidade. Além das atividades de capacitação em comunicação e cultura, o conteúdo gerado era publicado no site do *Viva Favela*.

Em 2010 surge uma nova versão do site, na qual o site expande sua atuação, envolvendo todo o Brasil, passando a contar também com conteúdos de áudio e vídeo. Uma das principais ações do portal é a *Revista Comunidade Viva*, feita com a colaboração de um editor convidado, uma equipe de jornalistas profissionais e os correspondentes comunitários – moradores de favelas ou bairros pobres – que ocupam as funções de repórter e fotógrafo, além de produzirem conteúdo multimídia. A revista é bimestral e já conta com seis edições, sendo publicada no site e enviada a 12 mil e-mails cadastrados.

Os correspondentes comunitários que tem sua matéria selecionada são remunerados no valor de R\$170,00 mais impostos. Para se tornar correspondente comunitário basta se inscrever no site e produzir conteúdo. Por meio de votação são selecionados os conteúdos que aparecem na página inicial do *Viva Favela*. O projeto conta, atualmente, com 1028 correspondentes cadastrados, que moram em todo Brasil.

O processo de produção da revista acontece por meio da *Reunião Virtual*, na qual um convidado, sempre especialista no tema da edição, orienta as pautas e, posteriormente, seleciona os conteúdos. A produção é colaborativa e constitui uma oportunidade de educação à distância.

4 Viva Favela: a relação prática dos conceitos

Antes dessa comparação, cabe abordar a questão da construção simbólica da favela pelos meios de comunicação tradicionais. Essa análise é feita por Cruz (2007), que comenta o processo histórico de favelização no Brasil, que completa mais de cem anos. Durante todo esse período, as favelas passam pelo que a autora chama de “uma disputa simbólica constante”, devido a fantasia criada em relação a esses complexos. As opiniões sobre as favelas são carregadas por estereótipos, criados por discursos normalmente cultivados pelos meios de comunicação tradicionais. A autora afirma que a comunicação é fundamental para que os cidadãos participem e lutem por mudanças na sociedade, sobretudo no caso das favelas, que por tanto tempo teve seus moradores privados de processos de comunicação e de decisões políticas.



Assim, os moradores da favela lutam pelo direito de se representar, de falar por si próprios e pelo direito de ter voz. Bakhtin (apud Cruz, 2007) mostra que a voz, a fala, são a forma pela qual o processo de disputa simbólica acontece. Afirma que

Quanto mais intensa, diferenciada e elevada for a vida social de uma coletividade falante, tanto mais a palavra do outro, o enunciado do outro como objeto de uma comunicação interessada, de uma exegese, de uma discussão, de uma apreciação, e uma refutação, de um reforço, de um desenvolvimento posterior, etc., tem peso específico maior em todos os objetos do discurso. (Bakhtin, apud Cruz, 2007, p. 85).

Sendo assim, os moradores de favelas do Brasil constituem um grupo potencialmente excluído do universo virtual, devido a condições socioeconômicas. Fora isso, fica clara a necessidade de representação desse grupo, ou seja, é preciso que esses moradores vão além da inclusão por meio de instrumentos. A inclusão precisa acontecer acompanhada pela habilidade de se comunicar e conquistar espaço no meio virtual. Percebe-se aqui um ponto interessante, de que os moradores são convidados a se tornar parte ativa no processo de comunicação, podendo conquistar seu espaço e disputar a luta da significação.

Como indicado anteriormente por Peruzzo (2002a), participar do processo como emissor fomenta uma consciência crítica e pensante. Para isso um ponto fundamental envolve as oficinas de capacitação em TICs, que não só capacitam e estimulam os jovens a se tornarem comunicadores, como demonstram a abrangência e o potencial da Internet em relação a informação. O status alcançado pelo projeto como fonte de informação para a grande mídia é importante para que os envolvidos possam perceber a força de seu trabalho e as possibilidades existentes nesse meio.

Outro fato importante envolve a pluralidade de histórias contadas, abordando a cultura, os desafios, a força para lutar por mudanças sociais, que conseguem mostrar que a realidade vivida vai muito além do discurso da violência. Mais interessante ainda é que a violência, quando é retratada, aparece a partir do ponto de vista do morador, que, como o próprio site coloca, raramente é ouvido pela mídia tradicional.

O contato com a realidade contribui para que as matérias reflitam a diversidade cultural, os desafios diários bem além do narcotráfico, além das iniciativas e empreendimentos voltados para a transformação social. A medida que o projeto fomenta a curiosidade por assuntos que envolvam a comunidade, faz com que os moradores



pensem sobre a realidade para que possam problematizá-la, através de uma visão crítica. A reunião de pauta é um exemplo que mostra que os correspondentes comunitários são estimulados a se perguntar sobre as demandas do local em que vivem, sobre as qualidades, as mudanças necessárias e como elas podem ser articuladas. Sobretudo, a quem essa informação deve se direcionar e o que ela pode alcançar.

Essa reflexão se enquadra perfeitamente no que foi definido anteriormente como leitura de mundo. Antes de escrever, é preciso que o morador analise o contexto, o estude e, sobretudo, entenda como faz parte desse meio. Assim, enquanto produz conteúdo desenvolve, simultaneamente, uma visão crítica da realidade. O que valoriza esse projeto é que, além disso, o resultado dessa análise de mundo é palpável para os envolvidos, seja por meio da seleção dos conteúdos para o site, pela remuneração das matérias publicadas na revista ou pela possibilidade de se denunciar ou de se valorizar o que há de pior ou de melhor no seu meio. É que a comunicação dá a essa leitura de mundo o poder de falar.

Conclusão

A internet ocupa um lugar importante na sociedade do conhecimento. É tida como o mais importante espaço de informação da atualidade, por permitir pluralidade e interação. No entanto, a realidade brasileira está longe de garantir uma representação popular justa, por dificuldades econômicas e estruturais.

Mesmo sendo superados esses entraves, é preciso que a inclusão digital seja vista como mais do que o provimento de ferramentas necessárias à conexão na rede. Para que a exclusão diminua, em todos os sentidos, os cidadãos precisam ser capazes de desenvolver conteúdos próprios, tornado-se sujeitos ativos do processo de produção de sentidos e de disputa de significações. Nessa perspectiva, a Internet torna-se uma forte aliada à democratização da comunicação e à emancipação de setores marginalizados da sociedade. Caso contrário, irá assegurar o domínio da elite econômica também no âmbito da informação.

O projeto *Viva Favela* conquistou de forma intensa seus objetivos, sendo exemplo significativo para os conceitos aqui explorados. Consegue demonstrar o potencial da *web* para a conquista de espaço, facilita o acesso à Internet, forma comunicadores que, posteriormente, irão dedicar suas habilidades para a luta por inclusão e representação social, além de mobilizar e suscitar reflexão, contribuindo para



a formação de cidadãos conscientes. Contribui para a definição de inclusão digital como uma forma de emancipação e de luta pela democratização da comunicação.

Por meio da reflexão dos conceitos e da relação com o projeto, pode-se afirmar que o deslocamento entre receptor/passivo e emissor/ativo da comunicação é responsável por um processo necessário de leitura de mundo e, conseqüentemente, de um amadurecimento nas formas de se ver e pensar a realidade. Para isso, deve-se assegurar o direito não só do acesso, como da produção de informação, qualificada, com possibilidade de publicação, para que se valorize, finalmente, a voz da pluralidade.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, O.B.M. *Os “includos digitais” são os “includos sociais”?* Estado, mercado e a inserção dos indivíduos na sociedade da informação. Liinc em Revisita, vol.5, no.1. Rio de Janeiro, Março de 2009.

CHAGAS, G.J.N; MATTOS, F.A.M. *Desafios para a inclusão digital no Brasil*. Rev. Perspectivas da Ciência da Informação – vol.13, no.1. Belo Horizonte, Jan/Abr 2008.

CRUZ, M.M. *Vozes da favela: representação, identidade e disputas discursivas no ciberespaço*. Stockholm review of latin american studies. Issue no. 2. Nov, 2007.

DEMO, P. *Inclusão digital – cada vez mais no centro da inclusão social*. Rev. Inclusão Social, vol.1, no1. Brasília, Out/Mar 2005.

FREIRE, I.M. *Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para a inclusão digital de comunidades*. Rev. Ciências da Informação, vol.35, no. 3. Brasília, Set/Dez 2006.

FREIRE, P; CAMPOS, M. D. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. In: Freire, P. Freire, A. A. (org.). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 45 edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINI, R. *Inclusão digital & inclusão social*. Rev. Inclusão Social, vol.1, no1. Brasília, Out/Mar 2005.

MENDONÇA, C.M.C. *Viva Favela, máquinas sociais produtoras de sentido*. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003.



MORAES, D. *Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet*. Rev. Brasileira de Ciências da Comunicação. vol. XXIII, no. 2. Jul/Dez, 2000.

PERUZZO, C.M.K. *Comunicação comunitária e educação para a cidadania*. PCLA, vol.4, no.1. Out/Nov/Dez 2002a.

_____. *Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania*. Rev. Intercom, vol. 25, no. 2, 2002b.

SILVINO, A.M.D; ABRAHÃO, J. I. *Navegabilidade e inclusão digital: usabilidade e competência*. Rev. RAE electron, vol.2, no.2. São Paulo, Jul/Dez 2003.

SOARES, M.C. *A luta pela democratização dos meios e as tecnologias digitais*. Acesso em: 25/11/10. Disponível em:
<http://www.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/textos/MSoares_T001.pdf>

VIVA FAVELA. Acesso em: 26/11/10. Disponível em:
<<http://www.vivafavela.com.br>>